

## II - EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Mediadora: Profa. Dra. Márcia Regina Carvalho da Silva, FAPCOM

### CINEMA E POLÍTICA AMBIENTAL NACIONAL: O PARQUE NACIONAL DA RESTINGA DE JURUBATIBA E A INDÚSTRIA PETROLÍFERA EM MACAÉ (RJ).

**Rafael Nogueira Costa.**



Graduado em Licenciatura Ciências Biológicas pela UFRJ (2005), Mestre em Engenharia Ambiental pelo IF Fluminense (2010) e Doutorando em Meio Ambiente pela UERJ. Professor assistente na UFRJ – Campus Macaé – atuando nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Química. Coordena o Curso de Cinema Ambiental (CUCA), localizado no Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Macaé. Desenvolve pesquisas em Educação Ambiental, Políticas Públicas e Cinema.

#### **Resumo:**

Com este relato buscaremos mostrar a relação entre a produção de filmes e a implementação da política ambiental nacional na cidade de Macaé (RJ). Os filmes foram produzidos em duas vertentes distintas: (i) como ação educativa, vinculada ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFRJ Macaé, com o propósito de investigar os conflitos locais em relação à criação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba; e (ii) como prática de Educação Ambiental vinculada ao licenciamento de petróleo e gás na Bacia de Campos, dentro das ações mitigadoras e compensatórias dos empreendimentos de exploração de petróleo na região. Na primeira vertente, está sendo realizada uma série de filmes documentários com os indivíduos que vivem no território onde foi criado o Parque Nacional, uma unidade de conservação que impossibilita, pela legislação atual, o convívio entre as populações locais e a natureza. Na segunda vertente, os filmes estão sendo produzidos em consonância com as diretrizes do Ibama, fruto da interação entre diversos segmentos da sociedade: Estado, moradores das áreas ditas impactadas, universidades, empresas de exploração e empresas de consultoria. Como resultados, observamos que apesar dos avanços da legislação ambiental, as comunidades que deveriam se beneficiar de tais políticas, acabam ficando a margem das decisões.

#### **Conservação e progresso na tela do cinema**

Qual é a relação entre o cinema e política ambiental? A partir da escrita imagética é possível compreender a forma como o Estado entra em ação? Neste

artigo buscamos responder a estes questionamentos. É a partir da experiência com a produção de filmes, em duas vertentes distintas, que esperamos obter as pistas para essa compreensão.

Utilizaremos como ponto de análise, a cidade de Macaé, considerada a Capital Nacional do Petróleo, um município com dinâmica econômica e ambiental singulares. O cinema, neste universo, não é uma forma de entretenimento, associado a projeções em salas fechadas, digno dos “clássicos” *hollywoodianos*, com direito a pipoca e refrigerante. Neste caso, propõe-se através da linguagem cinematográfica, compreender como o Estado brasileiro entra em ação em duas modalidades distintas: a *conservação* e o dito *progresso*.

### **Conservação: O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e os seus personagens**

Nas duas últimas décadas a questão ambiental vem sendo amplamente discutida, mobilizando a sociedade civil, os meios de comunicação e também os governos de diversos países. A degradação ambiental é considerada um problema global e vários eventos são organizados em todo o mundo para discutir as possíveis soluções. Dentre as grandes preocupações está a perda de biodiversidade, devido ao seu valor à sociedade e a manutenção da vida na terra. Diante deste quadro, é imprescindível a criação de espaços legalmente protegidos.

Assim, em 1937, foi criado o Parque Nacional do Itatiaia, o primeiro parque brasileiro, nas montanhas da Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro. A criação de novas unidades de conservação antecede uma longa trajetória, desde a escolha do espaço, passando pela aplicação de diversos instrumentos legais relacionados às políticas públicas ambientais. Dentre os principais instrumentos, estão: Artigo 225 da Constituição Federal de 1988; Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB); Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), lei e regulamento; Política Nacional de Biodiversidade, decreto; Programa Nacional da Diversidade Biológica, decreto; Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira, decreto; Plano Nacional de Áreas Protegidas, decreto; e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, decreto.

A partir deste arcabouço, foi instituído em 1998, o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, protegendo 44 km de extensão de praia e 18 lagoas costeiras, atributos naturais das restingas dos municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã, no norte do estado do Rio de Janeiro.

No entanto, a criação de unidades de conservação, geralmente é feita de *cima para baixo*, com pouco diálogo com as populações residentes nas áreas delimitadas, revelando uma nova configuração socioespacial, onde emergem diversos conflitos com a população local. Neste caso, os principais afetados são os grupos cuja dependência dos recursos econômicos se faz presente através da utilização dos recursos ambientais. A criação de espaços protegidos deveria reconhecer e incorporar os grupos sociais, garantindo alternativas socioeconômicas e proporcionando a participação destes no processo de proteção aos ecossistemas.

Com base nisso, utilizando de uma prática de pesquisa que permite o desenvolvimento de uma *escuta sensível*<sup>95</sup>, foi criado o projeto *Personagens do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba*<sup>96</sup>. Este projeto é desenvolvido no Núcleo de Pesquisas em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Macaé (NUPEM/UFRJ) desde 2011. Assim, são produzidos filmes dentro de um curso aberto à comunidade, com um total de 40h. Ao todo já foram produzidos 6 cursos, resultando em 4 filmes finalizados e dois filmes em processo de finalização.

Os filmes abordam questões relacionadas com o pertencimento ao espaço protegido, conflitos com os pescadores, educação ambiental e aspectos legais relacionados à desapropriação e indenização.

### **Progresso: A Indústria petrolífera em Macaé (RJ) e a Educação Ambiental no licenciamento federal**

As descobertas de grandes reservas marítimas de petróleo e gás na Bacia de Campos iniciadas em 1974, colocaram o Brasil como segundo maior produtor de petróleo da América Latina. No fim dos anos 1970, o País produzia em média 200 mil barris de petróleo por dia. Em 2009, alcançou a marca de dois milhões de barris

---

<sup>95</sup> A escuta sensível de René Barbier pressupõe uma inversão da atenção. “Antes de situar uma pessoa em “seu lugar” começa-se por reconhecê-la em “seu ser”, dentro da qualidade de pessoa complexa dotada de uma liberdade e de uma imaginação criadora”.

<sup>96</sup> Para conhecer mais este projeto, acessar: [www.cuca.bio.br](http://www.cuca.bio.br).

diários<sup>97</sup>. Espera-se, com esta demanda crescente, grandes alterações socioambientais nos cenários dos municípios que atuam dando suporte às atividades econômicas vinculadas com a exploração e produção deste recurso.

Neste sentido, a cidade de Macaé destaca-se por ser o centro deste cenário econômico a partir do final da década de 1970, quando foi descoberto o petróleo na região da Bacia de Campos. A euforia do “progresso” avançou com a lei 9.478 (1997), conhecida como a lei do petróleo, responsável pelo fim do monopólio da Petrobras, instaurando o modelo de concessão de áreas, possibilitando às empresas estrangeiras o acesso às reservas brasileiras.

Assim, o Ibama, a partir do conceito de ‘impacto ambiental’, está desde o final da década de 1990, propondo ações mitigadoras e compensatórias deste ‘impacto’ que inclui como pauta de atuação das empresas de petróleo produzir junto às populações afetadas, formas de controle desta atuação.

É dentro deste contexto que surge a Educação Ambiental (EA) no licenciamento de petróleo, passando a ser tratada como política pública nacional com a publicação da Lei Federal nº 9.795 de 1999, intitulada Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Entretanto, outros documentos normativos e prescritivos fazem parte do arcabouço da política de EA no Brasil, como: Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA; Resolução CONAMA nº 422 de 2010, estabelecendo diretrizes para as campanhas, ações e projetos de EA; Nota Técnica CGPEG/Ibama nº 01 de 2010; e a Instrução Normativa do Ibama nº 2 de 2012, que estabelece as bases técnicas para programas de EA apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais, entre outros.

Dentro desta dinâmica surge a Educomunicação, que passou a ser encarada como política pública pelo Ministério do Meio Ambiente em 2004, após a 1ª Oficina Nacional de Comunicação e Educação Ambiental, promovida pelo Departamento de Educação Ambiental. Foi assim que a comunicação ambiental do ProNEA, ampliada com os valores pedagógicos do dialogismo, da participação e da autonomia, decidiu avançar para uma proposta de Educomunicação (COSTA, 2008: 5).

Neste contexto, as ferramentas do Audiovisual e da Antropologia passaram a ser incorporadas para construir *diagnósticos participativos* em cidades afetadas pela

---

<sup>97</sup> <http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/petroleo-gas-natural-e-derivados> Acessado em 15/09/2013.

dinâmica de exploração de petróleo. O projeto é composto por observatórios ambientais que têm como objetivos identificar, monitorar e encaminhar os impactos da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás, tendo o audiovisual como principal forma de divulgação dos resultados.

Foi dentro deste jogo complexo que surgiu a *Oficina de Cinema Ambiental Humano Mar*. Assim, foram produzidas imagens pelos diferentes grupos sociais, no qual os indivíduos elaboraram estratégias utilizando as novas mídias e linguagens, como prática social, fruto da interação entre diversos segmentos da sociedade: Estado, moradores das áreas ditas impactadas, universidades, empresas de exploração e empresas de consultoria. Ao todo, entre 2007 e 2008, foram produzidos 30 filmes documentários, compondo um amplo painel sobre as questões socioambientais da Bacia de Campos. Desses 30 filmes, 3 foram feitos na cidade de Macaé e trataram de assuntos como: transporte público, degradação ambiental e injustiça social.

### **O cinema como narrativa local**

O filme, quando apropriado pelo outro, é um importante veículo expressivo, provocador de performances e de reflexões acerca das experiências vividas, em um movimento de representação e construção de contra-narrativas (HIKIJ, 2008: 4). A forma de olhar o outro é representada e eternizada pelas imagens. São cortes, recortes, escolhas, enquadramentos, posicionamentos de câmera, cores, texturas, em uma tentativa de contar diferentes histórias, por um novo ponto de vista.

O Ibama busca uma compreensão do “olhar de dentro”, daqueles que vivem os impactos da cadeia produtiva do petróleo. Seria aqui uma incorporação das ideias do Cine-Olho de Dziga Vertov? Aqueles representados pela defesa da utilização da câmera como maneira de “explorar o caos dos fenômenos visuais que preenchem o espaço” (XAVIER, 1983: 253). E, posteriormente incorporado por Jean Rouch, em que o duplo movimento (o da câmera e o do mundo), com explorações intercambiáveis entre o subjetivo e o objetivo. A câmera vendo a si mesma e ao mesmo tempo olhando para o mundo, possibilitando uma reflexividade que faz parte do próprio mundo (BARBOSA, 2009: 79).

As narrativas nos auxiliam na discussão das representações, com múltiplas influências. Assim, estes filmes são o motor de uma nova reflexão epistemológica sobre a condição e a qualidade da etnografia que envolve amplas discussões nas

ciências humanas: o lugar do sujeito, do objeto, da subjetividade, da objetividade, do real, do ficcional, da alteridade, do trabalho de campo e da produção de conhecimento, como colocar o pesquisador na posição do observado, invertendo certas posturas colonialistas ou até mesmo buscar o outro em si próprio, invertendo, interagindo, ou mesmo hibridizando alteridades (GONÇALVES, 2008: 19). Neste sentido, consideramos que uma imagem é, entre outras coisas, uma mensagem, ou seja, ela tem um emissor e procura por um receptor (FLUSSER, 2007: 152).

Contudo, a produção de filmes, elaborados em diferentes vertentes, por diferentes atores sociais, oferecem indicativos de como a questão socioambiental é representada nestes espaços. Nos dois casos analisados, os filmes desempenham uma ação que denuncia e busca superar a distribuição desigual dos benefícios e danos ambientais. Considerando que a injustiça social e a degradação ambiental têm a mesma raiz (ACSELRAD, 2010: 109).

A principal diferença entre os filmes foi à forma como eram pensados, conduzidos e elaborados (Quadro 1. Anexo). Os filmes no Parque Nacional foram pensados e conduzidos com base na *escuta sensível*. A partir das narrativas dos moradores, buscou-se, de uma forma criativa, elaborar o registro visual e sonoro de cada personagem. Entretanto, os filmes conduzidos dentro do licenciamento federal apresentaram característica e estilos próximos ao jornalismo formal. Utilizando de técnicas clássicas do modo expositivo, como entrevistas, cobrindo com imagens o que os entrevistados falavam e com pouco envolvimento entre os dois grupos, os entrevistadores e os entrevistados. Algo como *eu*, contando a *minha história*, utilizando *você*.

Os dois projetos não se limitaram a produção dos filmes, ambos exibiram as suas produções em praças públicas, festivais de cinema, universidades e espaços informais, proporcionando debates e ampliando a percepção dos participantes em relação à implementação local da política pública ambiental.

Se por um lado, buscou-se uma compreensão dos problemas que as comunidades enfrentam com a criação de unidades de conservação, por outro, o foco foi olhar do impacto, direto ou secundário, de uma mega indústria, com poucos interesses no desenvolvimento local e ampla descaracterização ambiental.

Apesar das inúmeras diferenças, como o foco dos filmes; os vínculos dos grupos produtores das imagens; os objetivos e a inserção dentro da discussão da política ambiental; podemos observar que nos dois casos, conceitos incorporados pelos vocabulários da política ambiental nacional, como *participação*, *envolvimento dos grupos vulneráveis*, *inclusão*, parecem estar mais presentes na literatura e nas discussões acadêmicas do que na prática, no cotidiano dos moradores destas áreas.

### **Bibliografia:**

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais. O caso do movimento por justiça ambiental.** Estudos Avançados. 24 - 68. 2010.

BARBOSA, Andréa (org.). **Imagem-conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos.** In: Significados e sentidos em textos e imagens. Campinas, SP: Papiurus, 2009.

COSTA, F. de A. M. da. (2008). **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação.** Ministério do Meio Ambiente Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental Departamento de Educação Ambiental Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). 5. 2008.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação.** São Paulo: Cosac Naify. 2007. p. 152.

GONÇALVES, M. A. (2009). **O real imaginado: etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch.** Rio de Janeiro: Topbooks. pp. 19.

XAVIER, Ismail. **A experiência do cinema: antologia.** Rio de Janeiro. Edições Graal: Embrafilmes, 1983.

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. **Sentidos da imagem na quebrada e na etnografia.** 32º Encontro Anual da Anpocs Fórum: Imagens e sociedade: leitura, produção e interpretação nas Ciências Sociais. 2008.

### **ANEXO**

O Quadro (1) possibilita compreender um pouco as diferenças entre os filmes na vertente da *conservação* e do *progresso*.

Quadro 1. Lócus, objeto de registro, grupos e objetivo dos filmes.

Lócus	Objeto de registro	Quem	Objetivo
Elaboração de filmes no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	- Conflitos existentes após a criação de UC.  - Propostas de integração, sociedade e ambiente.	Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFRJ Macaé	Compreender a relação entre a política ambiental nacional e a implementação local.  Propor novas práticas de EA, gestão compartilhada e inovações com base nos relatos do “afetados” pela criação da UC.

<p>EA e Educomunicação no licenciamento federal na Bacia de Campos</p>	<p>- Impactos da indústria petrolífera. - Conflito com os grupos vulneráveis.</p>	<p>Grupos “impactados”, Ibama, empresa de consultoria e petroleiras</p>	<p>Fortalecimento dos mecanismos de controle e participação dos grupos sociais “afetados” pelos empreendimentos  O “olho” do impacto ambiental</p>
--	---	---	--

Fonte: Elaboração própria.